

O ENVELHECER CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE O INDIVÍDUO, A SOCIEDADE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Luís Felipe Pissaia¹, Juliana Thomas²

Resumo: O objetivo deste estudo é compartilhar as reflexões inerentes ao envelhecimento contemporâneo sob o limiar de compreensão do indivíduo, da sociedade e das políticas públicas. Este é um estudo bibliográfico reflexivo, descritivo e exploratório com abordagem qualitativa que versa sobre envelhecimento contemporâneo em três esferas, indivíduo, a sociedade e as políticas públicas. Os resultados evidenciam que o envelhecimento é um processo onde o indivíduo é responsável pela construção da qualidade do envelhecer e que a inversão da pirâmide no território mundial é um cenário que implica reflexão sobre os direitos e deveres da sociedade com a população idosa e fortalece a necessidade da consolidação e atualização de políticas públicas que assegurem o cuidado e a proteção a pessoa idosa. Com isso, este estudo disponibiliza ao leitor uma fértil reflexão sobre o envelhecimento humano e fomenta a relevância das discussões e sensibilizações com a população sobre aspectos que envolvem os direitos, proteção e atenção à saúde da população idosa, de modo que as políticas públicas atuem em paralelo a reeducação cultural, abarcando o papel social de cada cidadão em defesa deste público.

Palavras-chave: Envelhecimento Humano. Envelhecimento Populacional. Transição Demográfica. Políticas Públicas. Proteção Social.

Introdução

O envelhecimento humano é considerado uma das conquistas do século, estando amplamente difundido pelas sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, assumindo diferença somente no quantitativo populacional e no acesso a serviços essenciais, conforme comentam Silva et al. (2020). Dessa forma, segundo Pedroso (2020) a inversão da pirâmide etária e o destaque

1 Enfermeiro. Mestre e Doutorando em Ensino. Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado – Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: lpissaia@universo.univates.br

2 Enfermeira. Mestre em Ensino na Saúde. Universidade do Vale do Taquari – Univates. Lajeado – Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: juliana.thomas@univates.br

para a pessoa idosa na sociedade é fruto de intervenções na sociedade que possibilitaram uma maior qualidade de vida para a população.

Quando vislumbramos que a qualidade de vida da população é imprescindível para um envelhecimento digno, estamos de acordo com os preceitos de “processo” dito por Messy (1999) cuja principal característica é significar que estando vivo, o ser humano está envelhecendo. Sob esta perspectiva, Oliveira et al. (2020) pactuam sobre a responsabilização dos indivíduos no que concerne o seu próprio envelhecimento de qualidade, fundamentado em diversos fatores que fortalecem desde o seu organismo físico, até a representatividade social.

Dessa forma, os determinantes sociais para o envelhecimento de qualidade condizem com a maneira com que a pessoa idosa é percebida em sua sociedade, para Júnior et al. (2020) a valorização e as premissas de cuidado são essenciais para esse grupo que carece de apoio diferenciado. Para Leite et al. (2020) um dos principais desafios da sociedade contemporânea é assegurar uma vida digna para a população idosa, fomentando ações por meio de políticas públicas condizentes com a realidade de cada comunidade.

Ao discutirmos a presença de políticas públicas de proteção a pessoa idosa, vale ressaltar que os direitos conquistados estão diretamente ligados à representatividade social e desenvolvimento econômico da nação, sendo moldado conforme a realidade de cada população segundo Romano (2020). Dessa forma, se avaliarmos o sistema político dos países desenvolvidos, pode ser vislumbrado amplos projetos de proteção e amparo da população idosa, fomentada por períodos de estabilidade socioeconômica, conforme comentam Oliveira et al. (2020).

Ainda, para Oliveira et al. (2020) a disparidade de direitos frequentemente observadas nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, é fruto de constantes resseções econômicas e instabilidades políticas que se amparam na população em idade produtiva como foco de investimento e proteção. Assim, a transição demográfica brasileira é compreendida como um conjunto de situações como o aumento do poder econômico da população nas últimas décadas e, por consequência a disponibilidade de acesso a serviços e bens que impulsionaram o aumento da expectativa de vida, conforme indicam Nascimento et al. (2020).

Dessa forma, Jesus et al. (2020) fomentam que a transição demográfica também é fruto de uma condição social em constante alteração, como no caso da queda progressiva nas taxas de fecundidade e natalidade da população brasileira. O envelhecer é ainda um estigma social, inundado em preconceitos que reverberaram pelas décadas de decadência moral da pessoa idosa e conforme Costa e Humboldt (2020) dificultam a alteração na conjuntura política sobre o tema.

O envelhecer contemporâneo encontra-se permeado de construções sobre quem deve ser a pessoa idosa, sobretudo a postura social que este indivíduo assume enquanto um organismo envelhecido, que segundo Leite et al. (2020) está longe de ser o ideal, mas possibilita a ocorrência de discussões importantes sobre o tema. Dessa forma, para Oliveira et al. (2020) há uma necessidade contemporânea de tratar do envelhecimento humano como uma processo que acontece concomitante a vida e que depende das ações individuais e coletivas para gerar qualidade aos envolvidos.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é compartilhar as reflexões inerentes ao envelhecimento contemporâneo sob o limiar de compreensão do indivíduo, da sociedade e das políticas públicas.

Metodologia

Trata-se de um estudo bibliográfico reflexivo, descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. As reflexões aqui indagadas são inerentes a três esferas que englobam o contexto do envelhecimento contemporâneo, sendo elencadas pelos autores as seguintes: o indivíduo, a sociedade e as políticas públicas.

As reflexões apresentadas nesse estudo são fruto de extensas pesquisas empíricas dos autores sobre o envelhecimento humano e, sobretudo a necessidade de arguir estratégias de ensino capazes de sensibilizar e capacitar estudantes da área da saúde. Assim, os delineamentos aqui traçados vão ao encontro das necessidades de instruir estudantes, em especial do curso de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Vale do Rio Pardo, interior do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

As informações reunidas pelos autores serviram como limiar de discussões para uma palestra intitulada como “O envelhecer contemporâneo e a construção de uma assistência interdisciplinar”, realizada no mês de junho do ano de 2020. A palestra foi realizada em formato virtualizado, utilizando a ferramenta de vídeo do Google Meet, tendo 15 participantes, sendo todos regularmente matriculados na disciplina de Semiologia e Semiotécnica II do curso de graduação em enfermagem da IES já citada.

A apresentação dos resultados e discussões deste estudo reúnem as informações por pontos focais e sua posterior categorização. Ao optar por essa construção, os autores preconizaram a necessidade de articular todos os temas trabalhados na atividade, abarcando e reunindo as possibilidades de discussão.

Para a realização desse estudo, foram respeitados todos os aspectos éticos preconizados para a citação da bibliografia utilizada, bem como a proteção de possíveis citações dos participantes da atividade mencionada. Para isso, utilizou-se como embasamento a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que direciona as pesquisas realizadas com seres humanos.

Resultados e discussão

Nesta seção serão apresentados os resultados e a discussão desse estudo, os quais estão subdivididos em categorias. A primeira categoria é intitulada “A pessoa idosa como fruto do processo de envelhecimento”, na qual é discutido e desvelado o papel do indivíduo dentro a trajetória de envelhecer. A segunda categoria temática é denominada de “A sociedade do envelhecimento”, sendo apresentada a discussão inerente à sociedade em processo de envelhecimento e, por fim a terceira, intitulada de “Articulações entre a pessoa idosa e as políticas públicas” com a finalidade de contextualizar as políticas publicas ao viés da pessoa idosa.

A pessoa idosa como fruto do processo de envelhecimento

Nesta categoria serão discutidos os atravessamentos que tangem a construção histórica da pessoa idosa enquanto sujeito de um processo vital de envelhecimento e construção da própria identidade humana. Para definir a pessoa idosa, é necessário compreender o processo de envelhecimento e traduzir em sua essência o arcabouço que cerca essa trajetória, para isso seguiremos a linha de pensamento de Messy (1999).

Conforme Messy (1999) o envelhecimento é fruto da trajetória de vida, ou seja, torna-se inerente ao ser humano o envelhecer do seu organismo e estruturar-se como pessoa idosa em determinado patamar. Dessa forma, a concepção humana está ligada diretamente ao tênue limiar de envelhecer, quando o organismo apresenta um crescimento gradativo, sendo também denominado de amadurecimento, atingindo a plenitude e após o seu declínio.

O declínio fisiológico é indicado por Nascimento et al. (2020) como uma fase do ciclo vital marcada pelas alterações morfológicas do ser humano, assim algumas funções começam a ser afetadas devido a progressiva adaptação do organismo ao novo momento. Dessa forma, compreende-se que a adaptação citada pelo autor também induz a maior vulnerabilidade do organismo de desenvolver alguma patologia, ou ainda cronificar uma situação pré-existente, colocando em uma situação decisiva a sua qualidade de vida e manutenção da identidade social.

Tal fato é estudado por Alves, Venturi e Neto (2020) que demonstram a preocupação em dignificar a pessoa idosa a partir de um envelhecimento de qualidade e pertinente ao ser humano, sem a presença de intercorrências evitáveis, principalmente aquelas relacionadas aos hábitos de vida. Aos hábitos de vida, consideramos que os aspectos socioculturais representam o alicerce para a sua construção, ou seja, o ambiente social e cultural é que nos determina desde a alimentação diária, realização de atividades físicas e, até a frequência de consultas médicas.

Em um mundo onde a medicina preventiva fosse capaz de abarcar todos os aspectos relacionados ao alicerce sociocultural, a qualidade de vida

seria o limiar principal para o envelhecer humano, conforme indica Sousa (2020). Em discussões sobre a prevenção de situações potencialmente evitáveis, verificamos que a pessoa idosa é fruto de uma história de vida, de hábitos e concepções de mundo que vivenciou e que ainda vivencia de maneira intensa e produtora de resultados fisiológicos e sociais.

Assim, Leite et al. (2020) indica que o fator idade não se torna um determinante para um envelhecer com perdas significativas na qualidade de vida e sim a trajetória de vida que essa pessoa conduz em seu meio durante os anos que vive. Dessa forma, percebe-se que o fator envelhecimento deve ser cada vez mais atrelado à concepção de “processo” indicada por Messy (1999), pois ao passo que se vive, se envelhece e o corpo e a mente se transformam em um contínuo alterar de ciclos.

Infelizmente a questão do envelhecimento populacional é indicada por alguns autores como uma das principais causas no declínio da qualidade de vida, contudo Romano (2020) indica que, o que caracteriza uma sociedade envelhecida não é apenas o número de idosos, fato que muitos países estão enfrentando, mas também a estrutura social que protege esse grupo populacional. Os discursos de inversão da pirâmide etária que assombravam o continente europeu há décadas atrás, agora é a realidade dos países em desenvolvimento, como o Brasil, o qual assume aos poucos uma identidade envelhecida em sua população, repensando principalmente as políticas públicas.

Dessa forma, compreende-se que o envelhecer torna-se um projeto de vida, uma maneira de conduzir o processo julgado como qualificador da vida, para isso Costa et al. (2020) alertam para outros fatores, como a diferença cultural entre os diferentes grupos populacionais que envelhecem em um mesmo espaço e necessitam de apoio. Considera-se que a população está em constante construção sociocultural, fato que é conduzido pelo local geográfico de residência ou simplesmente pelo acesso a informações e ao momento histórico em que está inserido, resultando em diferentes concepções sobre si e o meio.

Seguindo o mesmo limiar, Castro et al. (2020) intui que há diversas formas de envelhecer, ou seja, vários processos que levam a trajetória de vida da pessoa e a constroem enquanto idoso, tornando-se um terreno fértil para identificação e disseminação sociocultural desses diferentes cenários. Pensando nesse contexto, há uma tênue diversidade entre as formas de conduzir o envelhecer, sobretudo respeitando e fomentando a manutenção das características essenciais daquele indivíduo.

Dessa forma, a compreensão do envelhecer humano enquanto fruto de um “processo” de vida conforme indicado por Messy (1999) instrumentaliza a responsabilidade do próprio indivíduo enquanto responsável pela trajetória vital de construção da qualidade de vida. Ao passo que compreendemos e desmistificamos o processo de envelhecer, identifica-se que a pessoa idosa é

responsável e autora de sua história, permanecendo a lacuna de questões secundárias como o papel social, discutido na próxima categoria.

A sociedade do envelhecimento

Quando imaginamos o futuro da sociedade em qualquer local do mundo, não se deixa passar despercebido o envelhecimento populacional e as consequências que ocorrem com a predominância desse grupo etário na realidade dos diferentes países. Dessa forma, a presente categoria temática pretende articular algumas linhas de reflexão que iniciam com a inversão da pirâmide etária e a compreensão do espaço social da pessoa idosa a partir dos conceitos indagados por Birman (1995).

A inversão da pirâmide etária é um fator histórico e relacionado principalmente com o pós Revolução Industrial, com a criação das grandes indústrias de produção em massa, inserção da mulher no mercado de trabalho e êxodo rural, conforme indicam Costa e Humboldt (2020). O cenário descrito pelos autores infere sobre uma nova realidade de compreensão no meio sociocultural em que a população está inserida, sobretudo com a ascensão do capitalismo e a indústria de bens e serviços que alterou o modo de viver humano na virada do século passado.

Os primeiros indicativos de inversão da pirâmide etária vieram dos países denominados como “desenvolvidos”, em sua maioria do continente europeu, o qual enfrentou com mais voracidade a industrialização e aumento populacional do último século, conforme afirmam Almeida, Santos e Vieira (2020). Identifica-se também que a Europa foi fruto das primeiras aglomerações sociais conhecidas em registros cíveis, fato que possibilitou a fixação dos grupos familiares em uma comunidade e a possibilidade de envelhecer no mesmo local de vivência.

Com a fixação das pessoas em determinado território, a sociedade começou a ser moldada com os aspectos culturais próprios de cada povo e as possibilidades de ascensão econômica facilitaram o modo de viver, conforme indica Sousa (2020). Dessa forma, a capacidade de controlar o meio de exercer a socialização pacífica com as demais pessoas e seus grupos familiares tornou o processo de viver com mais qualidade e possibilidades de melhoria contínua, com acesso a serviços de saúde, por exemplo.

Para Birman (1995) foi nesse momento que os papéis de cada indivíduo começaram a ser desenhados e praticados na sociedade, surgindo assim algumas terminologias que conhecemos até a contemporaneidade, como por exemplo, o termo “envelhecimento”. No mesmo período o autor cita o aparecimento da nomenclatura de “velho” indicando para a pessoa idosa com alguma debilidade física em decorrência da idade e que deixava de participar da comunidade como realizava anteriormente.

Termos utilizados como terceira idade surgiu somente em 1962 na França, em decorrência da reforma das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, tornando-se uma denominação romanceada, conforme indicam Barros et al. (1998). Ao incitar a alteração de terminologias, a população idosa acabou dividida em sua essência e compreensão, o que originou muitos dos preconceitos que acontecem nas diferentes sociedades do mundo.

Dessa forma, Barros et al. (1998) explicam que a terminologia de terceira idade adotada na época se referia aos “novos velhos”, pessoas idosas da elite francesa que desfrutavam de uma boa qualidade de vida, incitadas por bons hábitos, principalmente a prática de esportes e uso de terapias inovadoras no campo da saúde. Assim, às pessoas idosas cuja situação não possibilitava o compartilhar desses espaços sociais ou que se tornavam restritos ao leito por motivos de patologias ou incapacidades gerais, se denominava de velhos.

Vários foram às pesquisas que buscaram identificar o papel social da pessoa idosa nos contextos citados, contudo cada qual espelha a sua própria realidade, indicando as fragilidades e preconceitos históricos, conforme salientam Júnior et al. (2020). A sociedade capitalista perdeu em sua essência a capacidade de unir a população idosa, tendo como motivo o afastamento das suas atividades laborais e consequente perda da capacidade financeira.

De acordo com Oliveira et al. (2020) a perda progressiva da capacidade econômica de gerir a vida pessoal e social é um dos fatores que interferem na qualidade de vida da pessoa idosa, fato que impacta diretamente na maneira como ele se percebe no meio comunitário. Por vezes, o próprio grupo familiar do idoso fomenta a ocorrência do preconceito por delimitar o papel de pessoa a ser cuidada e provida de bens e serviços custosos em caso de patologias.

Para Oliveira et al. (2020) ao pensarmos em uma sociedade em processo de envelhecimento, muitos são os anseios que geram preocupação e a pessoa idosa permanece a espreita, observando as direções indicadas pelo contexto. De fato, bem como o “processo” de envelhecer se torna único, o papel da pessoa idosa na sociedade também é delimitada pela história de vida que construiu ao longo dos anos.

Para Romano (2020) torna-se pertinente estimular a reflexão sobre os aspectos que tangem esse novo modelo de sociedade, construído sob fortes pilares do capitalismo e geração de renda. Uma sociedade envelhecida enfrenta muitos empasses tanto para a pessoa idosa, quanto aos demais grupos populacionais, por esse motivo as quebras de paradigmas e fortalecimento do vínculo interpessoal tornam-se necessários atualmente.

Contudo, muitos são os movimentos que reverberam os direitos da pessoa idosa de manter a identidade social perante o contexto que o cerca, pois o pertencimento do indivíduo em determinado contexto social pressupõe não somente a vontade própria, mas a aceitação dos demais integrantes. Assim, acreditamos que a representatividade da população idosa na sociedade

contemporânea pode ser facilitada com o cumprimento das políticas públicas vigentes, as quais preveem sua essência a proteção dos direitos e deveres desse grupo, por esse motivo a próxima categoria temática tratará dessa temática.

Articulações entre a pessoa idosa e as políticas públicas vigentes

Com uma maior longevidade, a população idosa torna-se representativa na sociedade contemporânea, tal fato traz a tona uma série de déficits em políticas públicas de apoio ao grupo, tornando-o ainda mais vulnerável. Na cultura brasileira, o processo de envelhecimento populacional ainda não é tratado com a expertise a que lhe importa, pois várias são as necessidades nesse grande grupo populacional e que se entrelaça com os objetivos de futuro da nação.

Uma política pública é desenvolvida para oferecer a atenção necessária para determinado público populacional, desse modo também se torna um projeto de futuro, pois ao implantar um novo modelo, os resultados são esperados ao longo dos anos. Por esse motivo, Costa e Humboldt (2020) inferem que o envelhecimento faz parte do ciclo de vida humano, para tanto, pensar em modelos de atenção e cuidado para essa população, nada mais é do que pensar em si e no seu próprio futuro, deixando de lado preconceitos e articulando quem realmente vamos nos tornar.

Sob um limiar histórico de políticas públicas, Oliveira et al. (2020) demonstram que o envelhecimento é uma conquista das governanças mundiais em possibilitar um modelo de atenção e cuidado capaz de alavancar a expectativa de vida da população em geral. Vista de tal ótica, o envelhecimento não é um problema e sim, um projeto de qualidade de vida da população mundial, na qual se pode oferecer um acréscimo em anos de vida por meio de modelos de atenção básicos e acessíveis para todos.

Contudo, Santos et al. (2020) pactuam que as políticas públicas necessitam de reformulações constantes, acompanhando a evolução da humanidade em termos tecnológicos, de acesso a bens e serviços e também ao que tange o aumento significativo e constante no número de idosos no mundo. Caso isso não ocorra, o envelhecimento populacional pode sim, ser visto com maus olhos, ao passo que as pessoas não terão a possibilidade de usufruir de seus direitos básicos enquanto seres humanos.

No contexto das políticas públicas, a sua defesa deve ser incisiva sobre os aspectos que direcionam a qualidade de vida da pessoa idosa, dessa forma, além dos direitos, devem também constar os deveres desse grupo, conforme salientam Jesus et al. (2020). A população idosa passa por uma crescente adaptação aos modelos políticos da sociedade humana, todas sob o viés de reconhecimento dos direitos à vida e a manutenção de uma longevidade com qualidade.

Na realidade brasileira, as políticas públicas de proteção à pessoa idosa foram alavancadas no ano de 1988 com a formulação da Constituição nacional que se tornou um marco na defesa dos direitos humanos e na possibilidade das comunidades articularem em conjunto com o governo, as ações necessárias para cada grupo prioritário, conforme comenta Pedrosa (2020). Dessa forma, ao atentarmos para o texto da Constituição brasileira torna-se nítida a necessidade de proteção dos grupos populacionais em vulnerabilidade, sendo que as políticas públicas são construídas a partir das demandas elencadas pelos diversos segmentos da sociedade.

Após 1988 muitos desdobramentos ocorreram em defesa da população idosa brasileira, principalmente com as articulações sociais que foram motivadas pela já instaurada inversão da pirâmide etária nos países desenvolvidos, sendo um dos determinantes para a elaboração da Lei nº 8.842 de 1994, que veio a tornar-se a Política Nacional do Idoso, regulamentada em 1996 pelo Decreto nº 1.948 (NASCIMENTO et al., 2020). A elaboração da política contribuiu para a construção de uma cultura de proteção à pessoa idosa, sobretudo na preservação dos direitos que o grupo populacional necessita perante o meio social.

Contudo, a Política Nacional do Idoso deixou algumas lacunas a serem preenchidas quanto ao enfrentamento de situações que envolvem o envelhecimento, estabelecendo-se então a necessidade de promulgar a Lei 10.741 no ano de 2003, denominada como Estatuto do Idoso, documento que reafirma detalhadamente os direitos e deveres deste grupo populacional, conforme indicam Silva et al. (2020). De fato, a presença do Estatuto do Idoso para a realidade brasileira ofereceu um arcabouço ampliado de atuação frente às necessidades da população em envelhecimento, possuindo em seus capítulos, as diferentes frentes de trabalho.

Assim, compreende-se que as políticas públicas de atenção e proteção à pessoa idosa são condizentes com a realidade encontrada em nível nacional, contudo ainda é necessário que tais legislações sejam cumpridas em sua essência, preservando a dignidade deste grupo populacional. Entende-se que ao incitar a sensibilização da população sobre o tema, torna-se pertinente incentivar a reeducação cultural, abarcando o papel social de cada cidadão em defesa da pessoa idosa.

Considerações finais

Este estudo possibilita ao leitor o contato com algumas reflexões inerentes sobre o envelhecimento contemporâneo sob o limiar de compreensão do indivíduo, da sociedade e das políticas públicas. Ao incentivar a reflexão, os autores instrumentalizaram um limiar construtivo de pensamento e fundamentação teórica sobre o tema, fomentando não somente as ideias

individuais inerentes à atividade fruto do trabalho, mas a extensão da inquietude aos leitores.

Ao individualizar a pessoa idosa, as reflexões trouxeram a essência do envelhecimento ao utilizar a terminologia de “processo” cujo significado toca a toda a população e coloca em cheque as discriminações criadas sobre este grupo em especial. Ao humanizar o envelhecimento, os autores colocaram ao alcance de todos a responsabilização sobre o seu próprio “processo” de vida com qualidade e manutenção das funções exercidas durante a trajetória humana.

Após a identificação do Ser em “processo” de envelhecimento, os autores refletiram sobre a inserção do mesmo na sociedade, sob o viés histórico de construção da identidade da pessoa idosa. Ao alicerçar o limiar histórico, se verificou que o preconceito inerente à população idosa traz a tona alguns déficits de qualidade de vida e acesso a bens e serviços essenciais para que o envelhecimento ocorra de forma digna e condizente com os direitos humanos.

Assim, os aspectos de proteção dos direitos da pessoa idosa foram desvelados com as indicações de políticas públicas vigentes, bem como o arcabouço histórico de cerceamento das necessidades populacionais por meio da participação social. Tal reflexão suscitou a necessidade de articular modelos de mudança cultural na compreensão do envelhecimento e respeito à legislação vigente.

Dessa forma, compreende-se que o presente estudo reflexivo é pertinente ao elencar diferentes as principais frentes de trabalho na área do envelhecimento humano, sensibilizando os leitores sobre a defesa dos direitos da pessoa idosa e a construção de uma sociedade igualitária. Este estudo também serve como base teórica para a realização de pesquisas futuras que busquem aprofundar a temática do envelhecimento populacional.

Referências

ALMEIDA, I. F. S.; SANTOS, C. L.; VIEIRA, D. N. Abuso de idosos e o papel dos profissionais de saúde. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, v. 36, n. 1, p. 24-34, 2020.

ALVES, M. A.; VENTURI, A. F. A.; NETO, J. M. F. A. A pessoa idosa e HIV/AIDS: descoberta, percepções e enfrentamento. *Interciência & Sociedade*, v. 5, n. 1, 2020.

BARROS, M. M. L. et al. **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. In: *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 1998.

BIRMAN, J. **Futuro de todos nós:** temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, Renato P. (Org.) *Terceira Idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UnATI-UERJ, 1995.

- CASTRO, J. L. C. et al. Análise psicossocial do envelhecimento entre idosos: as suas representações sociais. **Actualidades en Psicología**, v. 34, n. 128, p. 1-15, 2020.
- COSTA, A.; HUMBOLDT, S. A espiritualidade e as doenças crônicas nos idosos- estudo exploratório em idosos. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 21, n. 1, p. 69-74, 2020.
- COSTA, S. M. M. et al. Aspectos sociais das relações entre depressão e isolamento dos idosos. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 7, n. 150-165, p. 292-308, 2020.
- JESUS, M. C. P. et al. Apoio familiar no cuidado com úlcera varicosa: perspectiva de idosos. **International Journal of Development Research**, v. 10, n. 03, 2020.
- JÚNIOR, E. V. S. et al. Influência da sexualidade na saúde dos idosos em processo demencial: revisão integrativa. **Aquichan**, v. 20, n. 1, p. 4, 2020.
- LEITE, A. K. et al. Capacidade funcional do idoso institucionalizado avaliado pelo KATZ. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 91, n. 29, 2020.
- MESSY, J. **A pessoa idosa não existe**: uma abordagem psicanalítica da velhice. Aleph, 1999.
- NASCIMENTO, B. S. A. et al. O envelhecimento sob a ótica do ser idoso: uma abordagem fenomenológica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 1, p. e15911501, 2020.
- OLIVEIRA, D. V. et al. Satisfação com a Vida e Atitudes em Relação à Velhice de Idosos Frequentadores de Centros de Convivência em Função do Nível de Atividade Física. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 1, p. 49-60, 2020.
- PEDROSO, E. S. R. Os Intervalos do Apego: Ser e Habitar na velhice. **GIGAPP Estudios Working Papers**, v. 7, n. 150-165, p. 199-214, 2020.
- ROMANO, R. T. **Enfermagem clínica**: Assistência humanizada e cuidados integrais à saúde do adulto e do idoso. Editora Senac São Paulo, 2020.
- SANTOS, L. H. R. et al. Grupo educativo e qualidade de vida de idosos hipertensos e diabéticos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. 88, 2020.
- SILVA, C. F. S. et al. Violência contra o idoso na família: há solução?. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 23278-23289, 2020.
- SOUSA, P. P. **O conforto da pessoa idosa**. Leya, 2020.